



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL? DESAFIOS E POSSIBILIDADES?

Claudia Cristina Gois¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender o Serviço Social, suas bases de formação e consolidação na sociedade brasileira. Refletir e apreender o significado sócio histórico da profissão, a forma com que conduz sua prática profissional frente às crises recorrentes do capitalismo, as quais imprimem gritantes cortes de gastos públicos na área social. Estabelecendo um diálogo no modo de pensar a profissão, e como se posiciona os profissionais frente às mutações pertinentes ao modo de produção capitalista. Como pretende se posicionar no atual contexto, ante aos tempos difíceis que se anunciam, como: o aumento do desemprego, os desmontes das políticas sociais, em especial da previdência social, a iminente possibilidade de privatização total da força de trabalho, a redução da maioria penal, enfim como se prepara técnica e politicamente a categoria para o enfrentamento de todas as formas de barbárie que são anunciadas.

Palavras-Chave: Serviço Social. Capitalismo. Crise.

1 INTRODUÇÃO

Esse tema é desafiador no momento em que proporciona e exige uma reflexão sobre qual é o papel do Serviço Social na sociedade, em especial no Brasil? A quem se destina? A quem serve: Capital, Trabalhador ou ambos?

É certo que nessa discussão não conseguiremos esgotar o assunto, por sua complexidade, mas nos propomos a contextualizar brevemente como se dá o surgimento do Serviço Social na sociedade Brasileira, seu percurso, abordando principalmente como tem se posicionado ética e politicamente frente às recorrentes crises do capital, haja vista os profundos rebatimentos no campo das políticas sociais, por considerarmos que é através das políticas sociais, que o Serviço Social tem possibilidades de posicionar-se em favor da classe trabalhadora e assim construir mediações que possibilitem a objetivação do projeto ético-político no cotidiano profissional.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Essa é uma discussão necessária em qualquer abordagem do Serviço Social, às vezes até cansativa de retomarmos, mas importante para entender questões que serão abordadas adiante em nossa discussão.

De primeiro momento é pertinente referir que entender a profissão significa entendê-la no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalista, portanto, no âmbito das contradições da sociedade de classe.

Com a organização da classe operária novas exigências sociais passam a ser reivindicadas, é nesse sentido que as classes dominantes criam estratégias que direcionam as lutas populares ao enquadramento da legislação burguesa, cujo controle é de competência do Estado.

Sob os mandos da burguesia são criados os mecanismos de prevenção e manipulação dos movimentos da classe trabalhadora, onde os objetivos é a garantia da

¹ clauress@hotmail.com – Assistente Social.

reprodução das relações sociais para ampliação do capital. Nesse cenário o Serviço Social é constituído para intervir na realidade incipiente. Tendo a missão de trabalhar as disfunções sociais por meio de recursos técnicos específicos que deem conta de ajustar os indivíduos a sociedade.

Nesse momento em que os problemas sociais começam a ser descortinados pelos movimentos operários que as primeiras escolas de serviço social são criadas, com a finalidade de atuar nas variadas expressões da “questão social”. No Brasil o ensino de serviço social inicialmente foi realizado nas Universidades Católicas, o que estabelece uma ligação intrínseca entre a profissão e a igreja, essa relação ocorre no desenvolvimento do capitalismo industrial e no processo de urbanização.

A primeira escola de Serviço Social do Brasil é criada em São Paulo (PUC/SP) data de 1936, sua base de formação filosófica era o neotomismo², e a partir desse momento é iniciada uma nova etapa na prática da assistência social com forte influência da igreja. A criação das escolas visa “dar respostas à questão social”.

No decorrer do processo histórico e com o desenrolar do período desenvolvimentista o Serviço Social carente de uma perspectiva de maior impacto acaba por direcionar o seu trabalho mediante a “orientação” de superação dos problemas de fundamento estrutural.

“A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social – tudo isso potencialmente viável, bastando que se traga à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante”. (Imamoto, 2014, p.359).

Importante destacar que o Serviço Social é situado como instrumento de consecução dos objetivos nacionais. Mais ainda, o Poder adianta a forma pela qual o Serviço Social deverá trabalhar: diversas modalidades de atuação em Desenvolvimento da Comunidade. Nessa conjuntura o Serviço Social tem o papel de readaptar-se para sintonizar seus discursos e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução. (Imamoto, 2014, p.368)

Com o fracasso dos regimes populistas desenvolvimentistas, intensificaram-se os movimentos populares no campo e na cidade, diante dessa realidade econômica os assistentes sociais aperceberam-se que a implementação das políticas desenvolvimentistas estava longe de se cumprir e a categoria necessitava refletir e mudar sua maneira de intervir na realidade, nesse processo estudantes e docentes de serviço social assume a tarefa de revisar a profissão, ao que posteriormente foi denominado de movimento de Reconceituação³ no Serviço Social, que imprimiu uma série de avanços teórico-metodológico e ético-político a profissão.

3 DISCUTINDO AS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais constituem-se em estratégia de enfrentamento à pobreza, configura-se como o campo de maior atuação do Serviço Social, no entanto, é necessário compreender porque as políticas sociais em momentos de crise do capital sofrem consequências desastrosas em sua objetivação.

Especificamente na década de 80, a instabilidade e a crise estrutural se expressavam através da deterioração da situação cambial, da aceleração inflacionária, da recessão e principalmente, pela ruptura do padrão de crescimento apoiado na articulação

² Neotomismo, corrente filosófica criada pelo filósofo e teólogo italiano Tomás de Aquino, que destaca dois princípios básicos: o da dignidade da pessoa humana e o bem comum, sendo esse neotomismo ensinado a partir de 1936 nas escolas de Serviço Social.

³ Movimento de Reconceituação para o Serviço Social representa uma grande mudança, dada sua busca de desvinculação com o Conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social Norte-Americano.

solidária existente entre Estado, empresas multinacionais e privadas nacionais, desaguando no rompimento definitivo com o Estado desenvolvimentista concebido nos anos 30 no Governo de Getúlio Vargas.

O Estado, “incapacitado” de assumir novos ônus, se transformou em alvo das mudanças e perdeu seu poder de arbitrar os conflitos. Por não ter mais condições de sustentar as elites, transformou-se em grande vilão e abriu espaço para as propostas neoliberais que conduziram à inserção de um Estado mínimo para o social.

Durante a campanha pela eleição direta articularam-se alianças democráticas que resultaram na vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República, mas com seu falecimento antes de assumir o poder, a chefia do Estado foi transferida a seu vice, José Sarney, em março de 1.985.

Instaurada a Nova República, tivemos a passagem de uma situação *autoritária* para uma *democracia articulada entre as elites brasileiras*, que buscavam estabilidade institucional com traços das práticas conservadoras da Velha República.

Na década de 90 teve início com o governo Fernando Collor de Mello o discurso modernizante e articulado à grande massa, *que pôs fim à Nova República* e deu novos rumos as políticas sociais, abrindo o período que tratamos como a era neoliberal.

O neoliberalismo surgiu pela primeira vez em 1.947 através do encontro entre um grupo de intelectuais liberais e conservadores em Mont Pélier, na Suíça, onde se formou uma sociedade de ativistas em oposição às políticas do Estado de Bem-estar Social que tiveram início em 1.942, com a publicação na Inglaterra do Relatório Beveridge⁴.

“(…) libertar o homem da miséria é algo que não pode impor-se à democracia, nem ser a ela oferecido, mas que deve ser por ela conquistado”. (Beveridge, 1942, § 459).

Segundo o grupo de intelectuais, depois de vencida a guerra, a política inglesa provavelmente se inclinaria para uma programação de aberta distribuição de renda, baseada no tripé da Lei da Educação, a Lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (associadas aos nomes de Butler, Beveridge e Bevan)⁵, haja vista que a defesa desse programa foi a bandeira com a qual o Partido Trabalhista inglês venceu as eleições de 1.945, no pós-guerra.

Durante a era de prosperidade do Estado de Bem-estar Social, graças à adoção da política keynesiana e social-democrata, os neoliberais saíram de cena até que ocorresse a crise do petróleo de 1.973, seguida pela onda inflacionária.

Nesse cenário de crise, os neoliberais reapareceram gradativamente, denunciando a inflação como sendo resultado do Estado demagógico que era chantageado pelos sindicatos e pelas associações populares. Dizendo que a queda da produção teve como responsáveis os impostos elevados, tributos excessivos e a regulamentação das atividades econômicas. Enfim, a crise, segundo os neoliberais, devia-se à aliança do Estado de Bem-estar Social aos sindicatos.

Para solucioná-la, os neoliberais, apregoavam uma reforma que desmontasse o Estado de Bem-estar Social por meio da diminuição dos tributos, da privatização das empresas estatais, do esvaziamento dos sindicatos e com a retomada da política de desemprego contraposta à política de pleno emprego de Keynes.

O objetivo maior dos neoliberais era atrair os capitalistas de volta ao mercado, sob a filosofia de que:

“Os homens não nascem iguais, nem tendem à igualdade. Logo qualquer tentativa de suprimir com a desigualdade é um ataque irracional à própria natureza das coisas. Deus ou a natureza dotou alguns com talento e inteligência, mas foi avaro com os demais. Qualquer tentativa de justiça social torna-se inócua por que novas

⁴ William Beveridge nasceu na cidade de Rangpur em 5 de março de 1879, filho de juiz do Indian Civil Service. Tornou-se advogado e economista em 1902, aos 23 anos de idade, passou a escrever para o jornal Morning Post sobre temas relacionados à política social.

⁵Aprendizado: entenda economia. Disponível em, <http://www.bastter.com/mercado/>

desigualdades fatalmente ressurgirão. A desigualdade é um estimulante que faz com que os mais talentosos desejem destacar-se e ascender ajudando dessa forma o progresso geral da sociedade. Tornar iguais os desiguais é contraproducente e conduz à estagnação". (SCHILLING, V. in Terra Educação)

A filosofia neoliberal define a desigualdade como consequência da falta de liberdade imposta pelo Estado aos cidadãos, defendendo a instituição de um sistema de governo em que o indivíduo pudesse ter mais importância do que o Estado. Sua justificativa é que quanto menor a participação do Estado na economia, maior seria o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade poderia se desenvolver e progredir para o bem-estar dos cidadãos.

Enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos, os neoliberais acreditavam que haveria novas perspectivas de investimento e que os capitalistas seriam novamente atraídos para o mercado.

O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o de Margareth Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980. Esta enfrentou os sindicatos, fez aprovar Leis que lhes limitassem a atividade, privatizou empresas estatais, afrouxou a carga tributária sobre os ricos e sobre as empresas e estabilizou a moeda.

O Governo de Thatcher serviu de base para todas as políticas que seguiram posteriormente a mesma doutrina. A hegemonia do neoliberalismo hoje é tamanha que países de tradições completamente diferentes e governados por partidos os mais diversos possíveis, têm aplicado à mesma política de diminuição do Estado.

No Brasil a era neoliberal teve início mais precisamente na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Ao assumir o país, FHC se deparou com uma grave situação social, com predominância da pobreza, indigência e onde a má distribuição de renda alcançava patamares imoralmente elevados.

Os termos *pobreza* e *desigualdade* possuem raízes no passado histórico brasileiro, mas suas causas imediatas desse momento específico da História são encontradas nas limitações do processo de desenvolvimento conduzidas pelo Estado e que foi promovido com base na substituição de importações. Baseia-se também na crise do padrão de desenvolvimento e nas incertezas de processos anteriores de ajuste econômico, assim como nas consequências do processo de reestruturação econômica imposto pela globalização.

Visando enfrentar os desafios encontrados ao assumir o governo, FHC propôs uma maior integração entre as várias políticas de governo, enfatizando a sua preocupação com a questão social.

Para alcançar os objetivos desejados desenvolveu quatro subconjuntos de ações: (Tieze, 2004, p. 49-59).

- ✓ Em primeiro lugar, era preciso realizar um conjunto de ações que, não só por seus efeitos diretos, mas, sobretudo por seus efeitos indiretos, constituíssem condições necessárias, embora não suficientes para promover a melhoria do padrão de vida dos brasileiros. Neste sentido, era absolutamente indispensável assegurar as condições de estabilidade macroeconômica, realizar a reforma do Estado – compreendidas as reformas administrativa, fiscal e da previdência e outras medidas exigidas para a implantação de uma estratégia de desenvolvimento social – e retomar o crescimento econômico sob as novas condições de abertura da economia e elevada competição;
- ✓ Em segundo lugar, era preciso concentrar todo esforço e atenção nos serviços sociais básicos de vocação universal: educação, saúde e previdência social. Os serviços prestados por estes setores, de oferta rotineira e continuados, constituem o núcleo de qualquer política social e compreendem mais de 90% do gasto público na área social. A reestruturação e a reforma profunda desses setores requeriam a eliminação de desperdícios, o aumento da eficiência desses setores, a promoção da descentralização a universalização, sempre que necessário e legítima, de sua cobertura, a melhoria da qualidade e, sobretudo a reestruturação dos benefícios e serviços para aumentar o seu impacto redistributivo;

- ✓ Selecionar um conjunto de ações e programas considerados particularmente relevantes para enfrentar pontos de estrangulamento mais dramáticos (como a reforma agrária), para acelerar o processo de reforma e reestruturação dos serviços sociais (como a melhoria do ensino fundamental) e para proporcionar atenção a grupos sociais que requeriam ação imediata e inadiável (a redução da mortalidade na infância, a renda mínima para idosos e deficientes de baixa renda e a erradicação do trabalho infantil). Todas essas ações e programas mereceram atenção prioritária e esforço concentrado de articulação, financiamento, gerenciamento e avaliação;
- ✓ A Criação do Conselho da Comunidade Solidária, constituído pelos ministros das áreas econômica e social e por pessoas representativas da sociedade civil, cuja função essencial – além de acompanhar a ação social da administração federal, propondo medidas e sugerindo modificações de rumo – consistia em articular formas de parceria entre o governo e a sociedade civil e suas diversas organizações no enfrentamento da questão social.

Redesenha-se assim um novo papel para o Estado e este não seria mais o grande *produtor* de bens e serviços, mas sim o seu *regulador*. Foram desenvolvidas parcerias envolvendo programas governamentais e setores da sociedade civil organizada, tais como: Empresas, Universidades, Sindicatos, Ong's, Igrejas, dentre outras, *acelerando-se o processo de descentralização de ações da área social* e fortalecendo-se o nível local para a tomada de decisões.

Verifica-se, portanto, que no governo de FHC as ações e responsabilidades do Estado conforme prevê a Constituição Federal de 1.988, foi atribuída à sociedade civil, como forma/ estratégia de se adequar aos preceitos neoliberais, que se resume em um Estado mínimo para o social.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder, e quando tudo parecia indicar que se iniciava uma nova era no Brasil, o então presidente assume uma postura defensiva ao capital. Houve à perpetuação e continuidade do processo de consolidação e afirmação do projeto neoliberal o aumento irracional da dívida externa brasileira, apesar das pouquíssimas obras em curso acabarem sendo realizadas com financiamento do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Braz 2003:54). O governo Lula pode ser caracterizado, objetivamente, como executor das políticas de ajuste neoliberal, pois as operou subordinando-se, docilmente aos seus comandos (Braz 2003, p.55).

Conforme afirma o Professor, Ricardo Antunes: *“Desde que assumiu o governo. Não há dúvidas. O governo do PT se desvertebrou”*. Antunes entende que era preciso buscar alianças para governar, mas lamenta que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tenha procurado apoio justamente na ala política mais conservadora, o professor, crítica o modelo econômico e a financeirização da economia e em 2004 previa tempos ainda mais difíceis para o Brasil.

“O PT não está errado em fazer alianças. O problema é que o partido compreendeu que deveria chegar ao poder diluindo seu programa, desvertebrando sua estrutura e se aliando com quem domina este país há 500 anos. Ao fazer isto, passou a defender, a partir de 2002, o oposto do que pregou durante 24 anos. Isto é que é apavorante e o enigma do governo do PT. A sua política no governo é antípoda à sua política na oposição. É legítimo a um partido se aliar quando o “aliar-se” é parte da concretização e das possibilidades da sua vitória política para a implementação do seu ideário. O PT não fez isso”.

Subsequente ao governo Lula, temos o governo Dilma e embora o cenário atual seja de crise e desmonte dos direitos sociais não podemos negar que durante um período de seu governo houve a ampliação das políticas sociais com a elevação dos patamares de inclusão social.

O fato é que na atual conjuntura, “o Brasil recebe destaque por figurar entre os cinco países mais desiguais do mundo, e muito tempo teria de esperar pela realização da tese do crescimento”. (Revista Serviço Social e Sociedade nº 73, p.163).

Conforme evidenciado as políticas sociais tem por objetivo o enfrentamento da pobreza, contudo, diante dos cortes do governo federal principalmente nas políticas de seguridade social: saúde, previdência e assistência social a tendência é que haja o agravamento das expressões da questão social.

A indagação que fica diante de tal situação é como irá se posicionar o Serviço Social, em tempos difíceis que se anuncia?

4 DIREITOS SOCIAIS, SERVIÇO SOCIAL

No Brasil a garantia dos direitos sociais como dever do Estado esta efetivamente previsto na Constituição Federal de 1988, momento em que o Estado institucionaliza as reivindicações da classe operária, o que representaria o Estado de Bem-estar Social, caso na prática tivesse se efetivado.

O Wefare State⁶ instituído na década de 40 com a criação de políticas de proteção social nos países europeus, jamais se realizou no Brasil, uma vez que a CF/1988 na prática não se efetivou devido as recorrentes crises do capitalismo, que ao redefinir estratégias de acumulação estabelece medidas de ajuste econômico com forte redução nas políticas públicas de proteção social, neutralização dos avanços e conquistas sociais alcançados pelos movimentos sociais da classe trabalhadora, principalmente aquelas inerentes a década de 80.

Nesse cenário onde presenciamos dia a dia o desmonte dos direitos sociais ficamos refletindo ou buscando respostas de como uma profissão que se consolida na sociedade Brasileira na medida em que se constituem no país as políticas sociais e seus padrões de proteção social, vai “conseguir” manter-se com o grau de excelência que conquistou no planejamento, gestão e avaliação dessas políticas.

O Serviço Social como participe do processo de reprodução dos interesses do capital e das respostas às necessidades de sobrevivência da classe que vive do trabalho encontra-se diante de uma dicotomia que não pode ser exaurida, uma vez que as classes sociais só existem nessa relação. E nessa contradição o profissional encontra dificuldades para defender o direito social do usuário, fazendo que a profissão viva um dilema que só tende a se complexificar nessa sociedade capitalista.

Se não é pelos avanços conquistados pela profissão dentro das bases da teoria social Marxista, é possível que estivéssemos fadados ao fracasso nos restando apenas o fatalismo. Mas as respostas a essas questões são encontradas no debate teórico-metodológico da profissão, no projeto ético-político que definem claramente as perspectivas de afirmação do compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora.

A compreensão teórico-metodológica refere-se a entender as demandas que são colocadas ao profissional pelos indivíduos, não como singulares, mas como expressões sociais que são decorrentes da desigualdade social vinculada a sociedade capitalista. A partir dessa orientação o profissional não cometerá o “erro fatal” de atribuir ou responsabilizar o indivíduo por um problema que antes de se tornar individual é social, e é criado pelo capitalismo.

A compreensão/ incorporação do projeto ético-político pelo assistente social refere-se à perspectiva crítico dialética que visa dar direcionamento às ações do profissional. Visa demonstrar que a resolução dos problemas dos indivíduos só se efetiva com a transformação das bases do modo de produção capitalista.

As possibilidades de objetivação do projeto ético político são inerentes ao cotidiano profissional, onde a preservação e ampliação dos direitos se dão com a participação dos profissionais em espaços de representação, tais como os conselhos de direitos da criança e adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, dentre outros espaços que se colocam, mas que nem sempre é observado como possibilidades de concretizar a cidadania dos usuários do Serviço Social.

⁶ Wefare State, termo que basicamente designa o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

5 CONCLUSÃO

Sem qualquer dúvida a reflexão que este estudo proporcionou em relação aos desafios postos a profissão de Serviço Social pelo modo de produção capitalista, nos faz pensar e criar mediações para avançar nas possibilidades de afirmação do projeto ético-político na cena contemporânea.

Conforme evidenciado em nosso estudo o Serviço Social historicamente se consolidou na sociedade Brasileira na medida em que se constituem no país as políticas sociais, e em decorrência da crise do capital, costumeiramente o governo efetua ajustes econômicos que se resumem em cortes na esfera social, desconsiderando a Constituição Federal de 1988 e todas as legislações que em tese garantem direitos a classe trabalhadora.

O profissional – assistente social – diante dessa realidade, embora não de maneira absoluta tem condições de construir mediações que viabilize o acesso dos usuários aos direitos sociais, ainda que não seja na amplitude desejada. Não se trata de aqui pontuarmos, ou descrevermos como se dá essa realização no cotidiano profissional, posto que os diversos espaços de atuação profissional possuem demandas variadas e o caminho para objetivação do projeto ético-político nesses espaços profissionais são peculiares.

Embora as peculiaridades de cada espaço de trabalho tenha que ser levada em consideração não podemos deixar de creditar que os avanços teórico-metodológico e ético-político são construções coletivas da categoria e nesse sentido, tal como foi e vem sendo construída as bases para a intervenção profissional com direcionamento das ações a classe trabalhadora o profissional mais que nunca tem que descobrir e construir formas de organizar e conscientizar a classe trabalhadora usuária de suas ações que se faz urgente a sua organização em massa para que os direitos sociais conquistados ao longo da história não saia definitivamente da agenda política tal como deseja os organismos Conservadores imbuídos pelos princípios da ordem neoliberal.

REFERÊNCIAS

_____. *Economia brasileira e política econômica*. In **ANDES**, Brasília, ano XIII, n. 31 out.2003b.

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: GENTILI, P. & SADER, (ORGS.). **Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Vejo derrota do PT nas Eleições**. Disponível em: http://trabalhoopt.blogspot.com.br/2004_04_01_archive.html. Acesso em 28/06/2015.

BENJAMIN, C. *Brevemente saberemos*. In **Universidade e Sociedade**, ano VI, n. 72, mar. 2003a.

BIANCHI, A. & BRAGA, R. *Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula*. **Universidade e Sociedade**. in ANDES: Brasília, ano XIII, n.31 out.2003.

BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1.988.

BRAZ, M. & VINAGRE, M. **A conjuntura do governo Lula e os desafios ao projeto ético-político**. Trabalho apresentado no seminário Latino-Americano de Serviço Social. Porto Alegre, jun. 2003.

BRAZ, M. *Notas sobre o projeto ético-político*. In **Assistente social: ética e direitos**. Rio de Janeiro, CRESS-7ª R., 2001.

COHN, Amélia. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez 2.002. in LAURELL, Ana Cristina (org.)

COUTINHO, C. N. A. **A democracia como valor universal**. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico metodológica.** São Paulo, Cortez Editora, 2014 (41ª Ed.).

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** Pág. 226. 3ª ed. Cortez, 2002.

MARTINELLI, M. Lúcia. **Serviço Social. Identidade e alienação.** São Paulo, Cortez Editora, 2009 (15ª Ed.).

SCHILLING, Voltaire. *Alguns princípios básicos do Neoliberalismo* in **História por Voltaire Schilling** Disponível em:
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/neoliberalismo.htm>. Acesso em 28/06/2015.

STEIN, R.S. **Capital Social, Desenvolvimento e Políticas Públicas.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 73, p. 163, março de 2003.

TIEZZI, Sérgio. *A organização da política social do governo Fernando Henrique.* In São Paulo in *Perspectiva.* 18(2): 49-56, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em 28/06/2015.